Versão Online ISBN 978-85-8015-080-3
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE

2014

Artigos

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Educação

História do Primeiro Curso Profissionalizante do Município de Assaí - PR: o extinto curso de Técnico em Contabilidade o Colégio Comercial Estadual Massayuki Matsumoto (1963 a 1979)

Rute Libanio[1]
Adálcia Canedo da Silva Nogueira[2]

Resumo

O presente artigo é uma investigação acerca da história das instituições escolares, fundamentado na recente produção sobre a temática e que tem como objetivo o estudo historiográfico do Colégio Comercial Estadual Massayuki Matsumoto – Assaí – PR, e do Curso Técnico em Contabilidade do Colégio Comercial Estadual Massayuki no período de sua criação ao período de sua extinção entre os anos de 1963 a 1979. Trata-se de uma pesquisa de abordagem histórica, de cunho qualitativo, na área da História da Educação, centrada na História das Instituições Escolares, fundamentada na revisão de estudo e análise de fontes primárias e secundárias, de autores que abordam essa temática. Considera-se apropriar de um referencial teórico-metodológico sólido e específico da historiografia da educação e da História das Instituições Escolares, pautados pelos referenciais de pesquisadores balizados na área para fundamentar o estudo, visando a apropriação teórica que possibilite a interpretação dos dados, as questões econômicas e políticas que permitiram a criação do Colégio Comercial em determinada época assim como o contexto em que se que se determina a extinção do Curso de contabilidade em período posterior. Ao apresentar a História institucional do colégio e paralelamente do Curso, intenciona-se contribuir com as reflexões quanto à importância histórica da instituição escolar no município e também a divulgação de seus resultados entre os pares, no espaço da unidade escolar e sociedade civil organizada. A relevância desse trabalho para a gestão escolar consiste na organização do arquivo escolar, na compreensão da história institucional e na possibilidade de continuidade da narrativa histórica do Colégio.

Palavras-chave: História. Instituições Escolares. Fontes Educacionais.

1 Introdução

Este estudo insere-se no campo da História da Educação, especificamente na recente linha de pesquisa da História das Instituições Escolares, que tem se firmado no Brasil.

---

[1] Pedagoga – Graduação em Pedagogia e Ciências Contábeis; Especialização em Gestão Escolar: Administração, Supervisão e Orientação Educacional. Professora Pedagoga no Colégio Est. Conselheiro Carrão - Ensino F. M. e Profissionalizante, na cidade de Assaí- Pr. Participante do Programa de Desenvolvimento Educacional PDE (2014-2015) da Secretaria de Estado de Educação do Paraná.

[2] Pedagoga. Mestrado em Educação - UEL (2012). Professora Auxiliar do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná. Docente UENP/CCP; Graduada em Pedagogia (1988); especialista em Metodologia e Didática do Ensino Superior (1990) e Psicopedagogia (1990); Cursando Doutorado UNICAMP (2015).

Nas sociedades contemporâneas, e a brasileira não é exceção, enfrenta-se o dilema da perda do referencial histórico, pois, em vista do dinamismo dos acontecimentos atuais, acaba-se por negligenciar a história passada. Por essa razão, o presente artigo representa a materialização da intenção de pesquisa expressa em projeto do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), de investigar e socializar a história do Colégio Comercial Estadual Massayuki Matsumoto – Assaí – PR, no período entre os anos de 1963 a 1979 e do Curso de Técnico em Contabilidade do Colégio Comercial Estadual Massayuki nesse intervalo de tempo.

Para a consecução da tarefa, buscou-se localizar e interpretar as fontes existentes, para socializá-las, no sentido de consolidar laços de identidade histórico-sociais e o sentimento de pertença da comunidade do município de Assaí para com sua instituição de ensino, tão presente no cotidiano dos cidadãos.

Desse modo, a pesquisa se justifica pela necessidade de uma análise histórica do papel dos cursos técnicos de nível médio no Brasil, assim como do impacto dessa modalidade de ensino, especificamente do extinto curso Técnico em Contabilidade na comunidade local.

A opção por este recorte da história da educação local deve-se principalmente ao fato de se buscar compreender a história do Curso de maneira a registrar seu apogeu e sua gradativa extinção, contextualizando com as questões econômicas, sociais e de política educacionais que levaram à extinção dos Cursos profissionalizantes ofertados pelo sistema público, que continuaram existindo em sistemas privados de ensino.

Pressupõe-se ainda que é função da gestão escolar o registro da história institucional da unidade educativa, como forma de registrar as suas ações, documentando a trajetória, as realizações e contradições de cada período e Curso implantado, bem como suas contribuições e marcos históricos, educacionais, sociais e culturais para a comunidade em que se insere.

Em uma investigação desse tipo, tem-se presente o problema da articulação do registro da história da instituição escolar local inserida na visão do global, neste caso, dos meandros e contextos sociopolíticos e educacionais da economia e política nacional que condicionavam a existência daquele que foi o primeiro curso de formação profissional na área comercial à época em Assaí.

Desse modo, como praxe, a pesquisa consistiu na consulta às fontes bibliográficas que situavam o mencionado curso profissionalizante no contexto da história do Brasil, assim como a história da instituição escolar no âmbito da história da educação e do município.

O estudo implicou ainda no levantamento de fontes documentais relativas à criação, autorização e funcionamento do curso, contextualizando o momento histórico das políticas educacionais para cursos profissionalizantes, à época da implantação do Curso de Técnico em Contabilidade no Colégio Comercial Estadual Massayuki Matsumoto, salientando a importância da oferta do primeiro curso profissional à sociedade de Assaí – PR.

Os marcos teóricos do artigo abordam intenções e motivos para se realizar a pesquisa histórica e apresentam um conjunto de elementos estruturantes para a realização do estudo, de modo a tornar possível a visualização potencial da investigação para a consciência da necessidade de uma cultura escolar de preservação dos arquivos escolares.

Finalmente, a partir do levantamento de fontes primárias e secundárias, registra-se a história do Colégio Comercial Estadual Massayuki Matsumoto e do Curso de Técnico em Contabilidade no Município de Assaí, pela importância que a instituição e o curso tiveram e ainda têm na história do município. Dessa forma, intenta-se descrever as circunstâncias em que se criou e se desenvolveu a trajetória institucional da unidade e do Curso que foram o objeto desse estudo.

2 FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: Caminhos da Pesquisa sobre Instituições Escolares

Como reporta Minayo (1994), em pesquisas no campo social tem predominado a abordagem qualitativa, mais adequada ao objeto de estudo. Isso porque, em sua aproximação com a realidade, o pesquisador se depara com um contexto histórico-temporal em mudança permanente. Essa pesquisa depende também da consciência histórica de toda a sociedade e não apenas do pesquisador e, especialmente, porque a realidade social costuma ser mais abrangente do que as teorias e estudos estruturados sobre ela. Dessa maneira, a pesquisa qualitativa difere de abordagens quantitativas, centradas em números, pois procura abranger a

dimensão da análise e descrição por meio das quais as instituições podem ser estudadas.

No contexto deste trabalho, considera-se relevante a pesquisa com enfoque na História da Educação para refletir sobre a prática de investigação que se tem desenvolvido na pesquisa sobre a história das instituições escolares. O maior progresso nessa vertente iniciou-se na década de 1990, pois até então pouco se pesquisava nessa perspectiva no Brasil (NOSELA e BUFFA, 2005).

Prosseguem Nosela e Buffa (2005), pontuando que, nos anos de 1990, iniciou-se um novo momento, advindo pelo desenvolvimento dos estudos históricos da educação e a consolidação da pós-graduação, período marcado por crises e mudanças de paradigmas. Propõe-se o que é considerado um pluralismo epistemológico e temático com privilégio ao estudo de objetos singulares. Destaca-se como aspecto positivo dessa fase, a ampliação das linhas de investigação, pela diversificação teórico-metodológica, assim como de fontes de pesquisa, como nos abonam os autores.

Quando se trata de pesquisa sobre instituições escolares esse leque de linhas de investigação e de fontes de pesquisa funciona numa dimensão de complementaridade, no sentido de suprir as lacunas de informações, causadas em especial por não haver uma intencionalidade ou qualquer projeto de preservação de arquivos na escola.

Por outro lado, segundo explicitam Nosela e Buffa (2005), pode acontecer uma fragmentação epistemológica e temática na compreensão da totalidade do fenômeno educacional. Tal crise de paradigmas origina-se de um grande movimento antimarxista e da renúncia da perspectiva histórica da educação. Em função disso, o trabalho investigativo em educação volta-se a realidades escolares concretas, com instrumentos de pesquisa variados e com a constituição de novas fontes históricas.

Desse modo, a contextualização histórica se dá sobre bases documentais, a partir da legitimação de novas fontes para a construção da historiografia. Nesse aspecto, Lombardi (2004) postula que:

> As fontes resultam da ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e o seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens e com o mundo circundante [...] (LOMBARDI, 2004, p.155-156).

Em tal perspectiva, na pesquisa histórica, as fontes e os documentos são requisitos fundamentais para a produção e sistematização do conhecimento. Contudo, de maneira geral, não existe nas instituições escolares e educacionais, uma cultura arquivista de levantamento, seleção e catalogação de fontes para a preservação da memória histórica. Dessa forma, os registros foram se dando (e ainda se dão) esparsamente e sem um compromisso deliberado ou sistemático de preservação da memória escolar.

Como constata Marrou (1996), por não haver na instituição escolar noções e princípios arquivísticos, não há também um arquivo organizado no sentido histórico. Verifica-se a falta de documentos ou os que existem são insuficientes. Por isso, a pesquisa demanda uma meticulosa análise das fontes e elaboração detalhada do problema, para que se identifiquem os documentos mais relevantes a serem utilizados.

Dessa forma, frisa-se que a pesquisa na área da História da Educação com centralidade na História das Instituições Escolares requer a identificação de fontes confiáveis. A interpretação de tais fontes e documentos são elementos basilares para a compreensão da trajetória de uma escola.

A respeito das fontes, Ragazinni (2001) coloca que, em dada instituição escolar os documentos devem ser estudados em relação aos problemas conexos à realidade da escola em análise. No entanto, esses problemas só vão ganhar significados quando confrontados com outros contextos nacionais.

Neste sentido, para Nogueira (2012), consideram-se fontes históricas escolares a serem sistematizadas, interpretadas e descritas os seguintes elementos: aspectos de identidade da criação da Instituição Escolar, quais sejam, documentos administrativos comprobatórios como registros de matrícula, atas de reuniões, atas de posse, de exames, boletins de frequência e de avaliações de alunos, diários de classe, livro de assinaturas de ponto, currículos de professores e funcionários, atos disciplinares, matriz curricular do curso, boletim de frequência e nota de alunos, número inicial de turmas, caracterização do perfil socioeconômico dos/as estudantes. Valem ainda como fontes Atas de Termo de posse de diretores, professores, funcionários, formação inicial dos profissionais e condições históricas para ingresso na profissão.

Esses documentos do cotidiano que constituem o arquivo escolar são as fontes documentais que, em diálogo com as fontes bibliográficas possibilitam uma

análise mais acurada do contexto em que se insere a história institucional de determinada unidade escolar e ainda uma percepção mais acurada de sua organização sócio educacional.

Na concepção de Ragazzini (2001), a construção da fonte por parte do pesquisador é parte da operação historiográfica, a partir do momento em que ele reconhece nela um sentido histórico, ou seja, de que ela é capaz de propiciar o contato com o passado:

> Entretanto, a fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado" (RAGAZZINI, 200, p.14).

Portanto, localizar fontes relevantes à história das instituições escolares representa um desafio para o pesquisador; contudo, não é algo que deve impedir o trabalho pretendido, pois são várias as fontes a se buscar para a construção da história. Nessa direção, tem-se presente também que as fontes constituem uma das alternativas legítimas a se empreender na busca da preservação da memória histórica das escolas.

De acordo Saviani (2005), dentro das sociedades humanas, a educação desenvolve-se, a princípio, espontaneamente, de forma assistemática, assim como as outras práticas sociais. As instituições escolares surgem então como uma forma institucionalizada de educação.Desse modo, com base nas ideias de pesquisadores na linha da história das Instituições escolares, apresentam-se aqui algumas diretrizes de como realizar um trabalho nesse campo da pesquisa, a partir de autores referenciais, com o objetivo de mobilizar os profissionais da educação a uma nova compreensão acerca da história escolar.

Gatti Junior (2002), por exemplo, aponta que a pesquisa histórica sobre as escolas busca investigar o que ocorre nelas, pela compreensão dos fatores que constroem um sentido próprio à instituição dentro do contexto de que ela faz parte, mesmo com as mudanças ocorridas no passar do tempo.

Este estudo insere-se nesse campo de pesquisa, no qual os métodos e procedimentos da pesquisa diferem de acordo com a realidade examinada. Contudo, é significativo considerar a metodologia e parâmetros de análise a partir dos quais o historiador estabelece a relação dos fatos históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais com a história institucional pesquisada.

Nogueira (2012) aponta que não existe instituição sem cultura e sem uma história, sendo que esta se encontra em um contexto econômico, político e social. Isso significa afirmar que o estudo do percurso histórico de uma escola pode possibilitar leituras inéditas a respeito de facetas e sentidos sobre a instituição nunca antes perscrutados.

3 Contexto histórico à época reportada neste estudo

A Reforma Gustavo Capanema, de 1942, estruturou de modo definitivo o ensino médio como uma sequência de estudos regulares. Surgem os cursos colegiais nas modalidades conhecidas como científico e clássico, com duração de três anos. Entendia-se que a formação do aluno deveria passar por conhecimentos de caráter humanista, patriótico e de cultura geral, como uma base para o ensino superior (SANTOS, 2010).

Conforme o mesmo autor, em relação ao ensino técnico-profissionalizante, havia uma demanda econômica por ele, mas as classes, média e alta não valorizavam essa opção, pois preferiam se preparar para o ensino superior. Acrescente-se que quem fizesse o técnico não podia prestar exames de seleção para um curso superior, pois para isso se necessitava do ensino secundário integral. Por essa razão, os mais carentes, buscando uma formação técnica para o trabalho, matriculavam-se nos cursos profissionalizantes e não tinham perspectivas de formação superior. Dessa maneira, o ensino médio integral atendia pequena parte da população, nomeadamente a dos grupos privilegiados.

Santos (2010) reporta ainda que, desde 1920, a partir do impulso industrial ocorrido no Brasil, delineava-se uma nova realidade socioeconômica, que tornou evidente um descompasso entre o ensino médio e a configuração da realidade social. Mesmo que já existissem escolas técnicas no século XIX, na década de 1940 despontou uma preocupação no oferecimento de ensino agrícola, comercial e industrial, razão do aparecimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (1942) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC (1946).

Em dezembro de 1961, a Lei nº 4.024 ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em relação ao ensino secundário, diz no título VII, Art. 33 que “a educação de grau médio, em prosseguimento à ministração na escola primária,

destina-se à formação de adolescente”. No Art. 34 deixa em nível igualitário o curso secundário, os cursos técnicos e os pedagógicos.

O golpe militar em 1964 marca o início de um período de limitação e de exclusão do estado de direito. Sob a alegação de questões de segurança nacional, partidos são invalidados, a imprensa é censurada e várias formas de repressão são utilizadas. Com diferentes padrões de intensidade ao longo da ditadura, tais fatores marcaram fortemente a cultura e a educação no país. O endividamento externo crescente e a instalação de empresas multinacionais estabeleceram o vínculo do país com o capital estrangeiro, no período conhecido como “milagre brasileiro”. No que tange à realidade educacional, o ensino era visto como instrumentalização para o trabalho e a educação servia ainda como ferramenta de controle ideológico. Esse destaque dado à articulação entre educação e trabalho é tributado em parte aos acordos firmados entre o MEC e organismos internacionais (GHIRALDELLI JR., 2009).

A Lei n. 5692/71 firmou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus no território nacional. Dois pontos se destacam nessa lei: para atender a Constituição de 1967, indicava a escolaridade obrigatória dos 7 aos 14 anos, vinculando tal obrigatoriedade ao ensino de 1º grau, que juntou os antigos primário e ginásio, totalizando 8 anos; e a generalização do ensino profissionalizante de 2º grau (GHIRALDELLI JR., 2009).

Conforme Souza (1981), os governos militares priorizaram os cursos profissionalizantes como meio de preparar mão de obra qualificada no nível do então 2º grau. Por causa das demandas mercadológicas do contexto sócio-histórico, são criados programas que enfatizam a profissionalização nos cursos de 2º grau, para que ao seu término o aluno tivesse uma profissão, mesmo que não frequentasse uma universidade, ainda reservada a poucos.

Segundo reportado por Schmidt (2000), nas reformas educacionais do período da ditadura militar, entre 1964 a 1985, criou-se a Lei 5.540/68, que reformou o ensino superior e a Lei 5.692/71, que reformou o ensino de 1º. e 2º. Graus. Contudo, foi no período de 1964 a 1974 que se deu o ápice da profissionalização, formando pessoas para atuarem nas grandes empresas que predominavam na economia do país.

Em relação ao curso técnico focalizado neste estudo, ainda de acordo com Schmidt (2000), o começo da escrita da história da contabilidade no Brasil remonta

ao descobrimento do Brasil em 1500. Contudo, a profissão foi regulamentada somente a partir do ano de 1770, quando o rei de Portugal, Dom José, emitiu a Carta-Lei que estabelecia, em todos os domínios da coroa portuguesa, a matrícula e o registro dos Guarda-Livros na Junta comercial.

Franco (1988) nos informa que, a partir da segunda metade do século XX, com o começo da industrialização estrangeira no Brasil e a influência dos Estados Unidos, houve uma mudança das técnicas contábeis italianas para as técnicas americanas. Em 15 de dezembro de 1976, a Lei 6.404 torna-se a norma adotada na contabilidade brasileira, regulamentando os princípios da contabilidade, a partir da influência norte-americana, princípios que já eram utilizados, mas não eram regidos por lei.

A lei nº. 5692/71 estabeleceu o ensino das matérias profissionalizantes em nível de 2º grau, com o intuito de atender a seu artigo 1º, na parte referente à qualificação para o trabalho. Há que se destacar, nessa época, a falta de docentes capacitados para ministrar as disciplinas específicas. Alguns professores vieram das antigas escolas técnicas e nem sempre tinham curso superior de graduação. Outros se prepararam pela via do chamado Esquema I e II da portaria BSB Nº. 432/71, a fim de que se suprisse minimamente a demanda necessária.

A partir dessa necessidade, surgiram debates para encontrar soluções para suprimento da demanda de professores com formação superior para a atuação nas disciplinas específicas do ensino de 2º grau. Dessa forma, instituições de ensino superior regularmente constituídas passaram a graduar professores com formação especial nos currículos de 2º grau, em áreas relacionadas aos grandes setores da economia (primário, secundário e terciário), despontando entre as áreas o curso de Técnico Comercial.

Delineado o contexto, procede-se à apresentação do percurso histórico do Colégio Comercial Estadual Massayuki Matsumoto, assim como do primeiro curso técnico do município de Assaí.

5 História do Colégio Comercial Estadual Massayuki Matsumoto e do Primeiro Curso de Técnico no Município de Assai.

No ano de 1963, foi criado o Colégio Comercial Estadual de Assaí, pelo Decreto nº. 11.067/63, publicado no Diário Oficial de 13 de março do mesmo ano,

estabelecendo-se também que a Secretaria de Educação e Cultura baixaria os atos necessários à constituição e funcionamento das Escolas Técnicas. Exatamente dois meses após a criação do Colégio, começa a funcionar o ensino técnico de grau médio com o curso de Técnico Comercial.

Quando de sua criação, o Colégio Comercial Estadual de Assaí funcionava no período noturno no prédio do Colégio Estadual Conselheiro Carrão, à Rua Riichi Tatewaki, s/n, do qual ocupava três salas de aula e uma sala para diretoria.

Nesse tempo, o algodão ainda representava a grande riqueza do município e agitava todos os setores da sociedade. O comércio era muito movimentado e havia a demanda de pessoas capacitadas para atuação nas casas comerciais, nos escritórios contábeis e bancos da cidade. Desse modo, a cidade tinha potencial para absorver tranquilamente pessoas formadas na área da contabilidade, a fim de que se facilitassem os serviços contábeis e fosse oferecido um serviço mais qualificado à população.

A história da instituição retratada funde-se à do curso, que era o único curso técnico oferecido. Documentos dão conta de que o curso técnico em contabilidade iniciou sua primeira turma em 1963, sendo diretor Atsushi Tanigushi. Não se encontraram documentos que comprovem sua posse, apenas que constam seu nome como diretor no período, conforme encontrado em fichas de matrículas do período. O segundo diretor foi Katsumi Adherbal Imano, atuante na direção até 1978, quando o curso foi transferido para o Colégio Estadual Conselheiro Carrão, Ensino de 1º e 2º Grau. Tal transferência, complementa-se, deu-se gradativamente, de 1977 até 1978, de maneira que, a partir de 1977, não houve mais matrículas no primeiro ano; em 1978 não se matriculou para o primeiro e segundo anos e, em 1979, o curso foi em definitivo para o Colégio Estadual Conselheiro Carrão.

Consta que o diretor Katsumi Adherbal Imano tomou posse em 02 de outubro de 1963, de acordo com o Art. 795, Parágrafo 1º da Lei 293 de 24/11/49, combinado com o Art.9º da Lei 4.544 de 31/01/62, Portaria nº. 4.806/63. A posse ocorreu nas dependências da Inspetoria Regional de Ensino de Assaí. Para a posse, apresentou como documentos o título de eleitor e a carteira de identidade. Nos termos do documento, assumiu o compromisso de “desempenhar com lealdade os deveres da função assumida, cumprir com lealdade a Constituição, as leis e os regulamentos, não medir esforços ao bem do Estado e do regime”, termos que até hoje se preservam nesse tipo de documento. O Sr. Takao Aoki, então Inspetor Regional de

Ensino, deu-lhe posse e exercício. Com isso, exerceu a função gratificada de Diretor do Colégio Comercial Estadual de Assaí, símbolo 2-F do Quadro Único de Pessoal, a partir de 1º de setembro de 1963, na vaga deixada por Atsushi Tanigushi, até 1978, quando o curso mudou-se para o colégio referido[3].

O curso de Técnico em Contabilidade iniciou-se com uma turma de 1º. Ano. Em 1964, tinha uma turma de 1º ano e uma de 2º ano; em 1965, tinha três turmas, uma de 1º, uma de 2º e uma de 3º ano, sendo esta a primeira turma a formar Técnicos em Contabilidade em Assaí[4].

Em 1963, matricularam-se no 1º ano do curso 09 alunos; em 1964, matricularam-se no 1º ano 27 alunos e no 2º ano 10 alunos; em 1965, matricularam-se no 1º ano 39 alunos, no 2º ano 24 alunos e no 3º ano 09 alunos[5]. Como se verifica, pelo aumento gradativo da procura pelo curso, este estava se firmando como uma opção de estudos para os jovens assaienses e, aparentemente, essa procura correspondia à demanda existente de profissionais na área. Acontecia de discentes transferirem do curso científico, no 2º e 3º ano, razão por que tinham de realizar adaptação das matérias específicas durante o ano e prestar exame de adaptação no final do ano. Em razão dessas transferências de um curso para outro, o número de alunos que terminavam um ano ficava diferente do número de matrículas no ano seguinte

A partir de 1965, foram regularmente abertas turmas de 1º, 2º e 3º Anos. Considera-se que o auge do curso foi no ano de 1973, quando contava com seis turmas, sendo duas de 1º ano, duas de 2º e duas de 3º, com um total de 172 alunos. Conforme levantamento, a média de alunos por turma variava de 20 a 40 alunos[6].

A título de curiosidade histórica, registre-se que o primeiro aluno matriculado no Curso técnico em Contabilidade foi Antônio Mendes de Campos, não constando na ficha[7] a data exata da matrícula. Porém, esse aluno foi desistente e não chegou a concluir o curso.

Os registros do sistema de avaliação mostram que a média para aprovação sem exame era de 5,0 em cada matéria. O aluno que não atingia os 5,0 pontos fazia exame das respectivas matérias e, se ainda não atingisse a nota necessária, fazia

---

[3] Relato histórico mimeografado (s.d)
[4] Conforme Relatórios Finais dos anos 1964-1965.
[5] Conforme Relatórios Finais dos anos 1964-1965.
[6] Conforme Relatórios Finais dos anos 1965 a 1973.
[7] Ficha de matricula do ano de 1963.

um novo exame chamado segunda época, aplicado no mês de fevereiro do ano seguinte. Não conseguindo a média na segunda época, estava reprovado. Como fica evidente, o sistema de avaliação reflete uma concepção de ensino da escola tradicional, em que os exames se dão ao final do processo de ensino com vistas a medir o conteúdo aprendido pelo aluno. Mesmo que a média para aprovação pareça baixa havias poucas chances para que o aluno comprovasse conhecimento.

De acordo com fichas individuais do período, a maioria dos alunos nas três séries tinha uma média geral acima de 7,0. No ano de 1965, quando se formou a primeira turma, a maior média foi 9,4 e a menor foi 7,8. No ano de 1978, último ano do Colégio, a maior média foi 8,7 e a menor foi 5,0.

Usava-se um livro chamado Atas de Resultados Finais, destinado a lançar o nome, as matérias e as notas do exame final de cada aluno que não passava direto. Havia outro livro chamado Registro de Correspondência em que constavam os nomes de todas as autoridades, escolares e pessoas que eram convidadas para a formatura anual. Constam os livros relativos aos anos de 1969,1970,1973 a 1978, quando se formou a última turma no Colégio Comercial Estadual Massayuki Matsumoto, ocasião em que também foi convidada a família Matsumoto para participar da última cerimônia de formatura do colégio.

Como referido, em 1965 formou-se a primeira turma de Técnicos em Contabilidade, num total de sete alunos. A solenidade realizou-se no dia 19 de dezembro de 1965 para a entrega dos diplomas aos Técnicos em Contabilidade da turma Dr. Katsumi A. Imano, tendo como paraninfo o então Deputado Estadual Antonio Ueno, representado no evento pelo professor João dos Santos. Como padrinho da turma foi escolhido o ex-professor do colégio Carlos Augusto Perandréa, conforme registrado em Livro Ata, datado de 1965.

A primeira e única ata de reunião pedagógica encontrada nos arquivos é datada de 04 de março de 1965. Nela o diretor Dr. Katsumi Adherbal Imano apresenta o corpo docente, num total de 08 professores, aos alunos. Segundo relata o documento[8], alguns professores também fizeram uso da palavra. Conforme consta, tais professores foram designados pela portaria nº. 2.539, publicada no

[8] Livro de Ata; ano 1965; Ata nº 1, de 04 de março de 1965.

Diário Oficial de 09/06/1965. Participou também da reunião relatada na referida ata o então Inspetor Regional de Ensino Sr. Takao Aoki.[9]

O diretor frisou nessa reunião que nenhum professor ou aluno poderia entrar ou sair das salas de aula durante as mesmas sem comunicar à direção e que todas as aulas devem ser registradas pelos docentes no diário de aulas. Estabelece-se também nesse encontro que todas as sextas-feiras seria cantado o Hino Nacional. Ao corpo discente é proibido fumar nas dependências do colégio. Tratou-se de outros assuntos como comemoração das datas cívicas, livros didáticos para o curso.

O diretor frisa aos professores que a matéria ministrada até a véspera da prova deve ser matéria da prova. Após a aplicação da avaliação, o professor deveria entregar cópia dela na secretaria para fins de arquivo em pasta própria. Registre-se que essa pasta não foi encontrada no arquivo. Consta ainda na ata que as aulas tinham início às 19:30 h. e terminavam às 22:45 h. Foram tratados outros assuntos de menor relevância.

Nas fichas de matrícula dos alunos constavam os dados do aluno, endereço, filiação, mas não constava profissão dos pais. Segundo as fichas de matrícula datadas do ano de 1963 a 1965, a maioria dos alunos era de famílias de classe média e morava na zona urbana.

Em 13 de agosto de 1969, o Colégio Comercial Estadual de Assaí mudou de endereço, transferindo-se para a Rua Manoel Ribas, nº.1103, ocupando as dependências da Escola de Aplicação Duque de Caxias, também no período noturno, fazendo uso de cinco salas de aula e uma de direção.[10]

Em 1970, houve mudança na denominação do Colégio Comercial Estadual de Assaí, o qual passou a se chamar Colégio Comercial Estadual Massayuki Matsumoto, conforme a Lei 6163/70 de 26 de outubro de 1970. [11]

Em 1977, no governo de Jayme Canet Junior, reúnem-se os estabelecimentos de 2º Grau já existentes na cidade de Assaí no Colégio Estadual Conselheiro Carrão, inclusive o Colégio Comercial Estadual Massyuki Matsumoto. Em 1979, no Governo de Ney Amyntas de Barros Braga foi assinado o Decreto nº. 1198/79 de 26 de setembro de 1979, publicado no Diário Oficial nº. 643, do dia 28/09/79, pag. 01, o qual autorizava o funcionamento do Complexo Escolar

[9] Livro de Ata; ano 1965; Ata nº 1, de 04 de março de 1965.
[10] Relato histórico mimeografado (s.d).
[11] Relato histórico mimeografado (s.d).

Conselheiro Carrão, Ensino de 1º e 2º Grau, resultante da reorganização do Colégio Estadual Conselheiro Carrão, Escola Normal Colegial Estadual Duque de Caxias, Colégio Comercial Estadual Massayuki Matsumoto e Grupo Escolar Diogo Antonio Feijó. Estes passaram a constituir-se um único estabelecimento sob a denominação de Colégio Estadual conselheiro Carrão – Ensino de 1º e 2º Graus.[12]

De acordo com quadros abaixo, pode-se verificar a evolução dos números de alunos matriculados demonstrando-se que o Curso de Técnico em Contabilidade foi se consolidando para os jovens e adultos assaienses como a opção de profissionalização.

Quadro 1 – Quadro de matrículas e evasão por ano

ANO	**1963**	**1964**	**1965**	**1966**	**1967**	**1968**	**1969**	**1970**
Matriculados	09	37	72	74	77	76	84	103
Evadidos	4	8	11	14	7	9	4	12

Fonte: Fichas Individuais dos alunos. Arquivo inativo do Setor de Documentação Escolar – Assaí – PR

Quadro 1 – (Continuação)

ANO	**1971**	**1972**	**1973**	**1974**	**1975**	**1976**	**1977**	**1978**
Matriculados	133	144	172	147	166	168	110	26
Evadidos	17	7	22	7	14	15	11	-

Fonte: Fichas Individuais dos alunos. Arquivo inativo do Setor de Documentação Escolar – Assaí – PR

Em um município predominantemente agrícola, poder exercer um serviço que não sujasse as mãos de terra, trabalhando em um escritório ou banco, podia representar o sonho de muitos, especialmente de jovens advindos da zona rural ou que lá trabalhavam. As fichas individuais dos alunos mostram uma diversidade grande de alunos, desde local de residência até de condições socioeconômicas. Ou seja, todos os segmentos sociais estavam representados entre o alunado.

Guiados pelos números apresentados no quadro, constata-se que o auge do curso, em termos de matriculados, foi atingido no ano de 1973, com 172 alunos, ano em que foi promulgada a Lei 5692/73, a qual propõe uma valorização dos cursos técnicos. Contudo, ao mesmo tempo, a taxa de evasão também foi relativamente alta, totalizando 12,79 % dos discentes matriculados.

Conforme Alegre e Moro (1986), de modo geral, o Norte do Paraná sofreu diminuição da população durante a década de 70; ao mesmo tempo, crescia a população urbana em relação à rural, pela crescente mecanização da lavoura e

[12] Relato histórico mimeografado (s.d).

enfraquecimento da cultura do algodão. Concomitantemente, reduz-se a quantidade de alunos do Curso de Contabilidade, conforme se caminha para o fim da década.

Quando se iniciou o Curso Técnico em Contabilidade, a Inspetoria Regional de Ensino era responsável pelo contrato dos professores, controle das fichas individuais e horário dos professores contratados. O professor contratado fazia um documento ao Inspetor Seccional de Ensino requerendo as aulas que ia ministrar. Posteriormente a isso, fazia uma declaração por meio da qual aceitava o cargo de professor. Esses professores eram chamados de professores estagiários, como nos informa nosso entrevistado – Fonte oral 1[13].

Os professores efetivos do Estado que assumiam aulas e já lecionavam em outros colégios traziam um atestado de idoneidade moral, assinado por dois professores efetivos do colégio onde já lecionavam. Para a contratação, os professores apresentavam questionário individual, atestado de saúde física e mental, Carteira de Identidade, título de eleitor e certificado militar (se do sexo masculino), segundo listagem da época de documentos exigidos encontrada nos arquivos do Setor de documentação escolar, datada de 1965.

No início do curso, os professores da área técnica em sua maioria eram formados em cursos técnicos e alguns em Direito. A maioria da área geral era formada em curso superior em suas respectivas áreas, sendo que, nos anos finais década de 1970, a maioria dos professores tinha curso superior, conforme as fichas individuais de docentes localizadas nos arquivos do Setor de Documentação Escolar do município.

Consta que a licença maternidade era de 45 dias e chamava-se licença gestação. Na década de 1960, poucos documentos eram datados, usava-se a expressão ano corrente, segundo consta em requerimento de 1964, encontrado no Setor de Documentação Escolar.

Encontram-se também arquivadas algumas folhas datilografadas com nomes e autores de livros das áreas técnicas, mas não se menciona se as obras eram usadas ou sugeridas aos professores.

Quadro 2 – Professores do Colégio – Anos de 1963 a 1978

PROFESSOR	FORMAÇÃO	PERÍODO
Agnaldo de Jesus Lima	Não consta	1965-1967
Antonio de Moraes Garcia	Não consta	1969-1978

[13] Documentadora escolar em exercício – Questionário aplicado em 09/12/2015.

Antonio dos Santos	Não consta	1973-1978
Antonio F. da Silva	Não consta	1977
Antonio Luiz Garcia	Técnico em Contabilidade	1968-1969
Aparecido Quaresma	Não consta	1977
Aparecido R. S. Carvalho	Não consta	1972
Arlete de Martins	Não consta	1975
Caio Lauro Campos Tereni	Técnico em Contabilidade	1968
Carlos Augusto Perandréa	Não consta	1963
Carlos Rener Salgado	Não consta	1965
Carlos Rodrigues da Mata	Não consta	1969
Carlos Roner Salgado	Não consta	1966
Dirce Kioko Oguihara	Não consta	1971-1978
Dirce Kioko Oguihara Fussuma	Letras Anglo-Portuguesas	1971-1978
Durval N. Kawanishi	Não consta	1976
Elenice Yoshiko Ikeda	Letras Anglo-Portuguesas	1963-1965
Elza Nobuko Matsubara	Não consta	1969
Emilia Kimiko Kumagai	Não consta	1971-1974
Francisco Michalask	Não consta	1971-1972
George K. Tanno	Não consta	1974
Gilberto de Moraes Garcia	Não consta	1973-1975
Helio Mizuta	Técnico em Contabilidade	1970-1972
Inacio T. Kikuti	Não consta	1976
Inez Maria da Silva Pasqualeto	Letras Anglo-Portuguesas	1970-1971
Jacob Brandalize Neto	Odontologia	1968
Jair Ignacio da Silva	Não consta	1972
João Brandalize Neto	Não consta	1966-1967
João do Santos	Técnico em Contabilidade	1964-1967
José de Barros	Não consta	1971-1972
José Manoel Hyunen	Não consta	1963
José Vicente Coutinho	Não consta	1972-1975
Katsumi Adherbal Imano	Direito	1964-1965
Lauro Ferreira Costa	Não consta	1971-1972
Lauro Lima Lopes	Direito	1966-1968
Leonidas Batista Carneiro	Não consta	1975
Luzia Yuiko Sekata	Não consta	1970
Marcilio Yassuakira Kiam	Não consta	1970
Marco Antonio Bomtempo	Não consta	1975-1977
Maria Aparecida Bertolino	Técnico em Contabilidade	1968-1969
Maria do Socorro Duarte	Não consta	1975
Maria Inês da Silva	Não consta	1972
Maria Ines Matsunaga	Letras Anglo-Portuguesas	1976
Mario ToshioTagata	Não consta	1969-1972

Mitie Fuzitani	Não consta	1978
Nelson Araujo de Oliveira	Não consta	1973
Nema Watanabe	Não consta	1970
Osvaldo Raimundo da Silva	Não consta	1977-1978
Paulo Rodrigues da Matta	Não consta	1968
Pedro Manrique Arnais	Curso Superior nos EUA (sem mais)	1963-1969
Reinaldo Pereira Greca	Técnico em Contabilidade	1964-1975
Roberto Marcelino Duarte	Letras Anglo-Portuguesas	1970-1977
Takao Aoki	Ciências Contábeis	1963-1965
Tereza Tetsuko Ashakura	Não consta	1973-1977
Tsuyoshi Kumura	Não consta	1972-1973
Wilson Nery	Técnico em Contabilidade	1968-1977
Yaeko Koga	Não consta	1974
Yukio Kumata	Odontologia	1964-1965

Fonte: Arquivo inativo – Pasta individual– Setor de Documentação Escolar – Assaí – PR

No quadro de docentes, nota-se a predominância de profissionais do sexo masculino, por ser a Contabilidade uma área considerada do domínio masculino, tendência até hoje percebida. Apenas nas disciplinas da chamada Base Nacional Comum constata-se a presença feminina no quadro de professores.

Não foram obtidos muitos dados sobre a formação do corpo docente, mas se conclui que ela não era adequada às aulas assumidas, quando se toma por base o fato de que o mesmo professor pudesse assumir disciplinas tão díspares como Português e Organização e Técnicas Comerciais, para citar apenas um exemplo. Porém, era o possível naquele momento histórico, em que as aulas eram ministradas por profissionais liberais sem formação acadêmica na área. Conforme informações das fontes orais, nomeadamente do entrevistado 02[14], as faculdades mencionadas, às quais se tinha acesso eram a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio, assim como a Faculdade Estadual de Direito de Londrina, a Faculdade Estadual de Filosofia e Letras de Londrina, Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina, Faculdade de Medicina do Paraná e Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina. A junção dessas cinco últimas deram origem à Fundação Universidade Estadual de Londrina, em 1970, segundo as mesmas fontes orais.

[14] Fonte Oral 2. Questionário aplicado a Docente que atuou no início dos anos 70, aplicado em 10 de dezembro de 2015.

Desse modo, de acordo com fontes orais[15] o quadro docente era completado conforme a carga horária do professor, o qual podia assumir as disciplinas mesmo sem a mínima afinidade ou real domínio de seus conteúdos.

Nesse caso, como esclarece o mesmo entrevistado, o professor seria apenas o mediador entre o conteúdo de algum livro especializado e os alunos no processo de aprendizagem. Acrescenta que, de qualquer maneira, a situação seria irremediável, se não se completasse o quadro de docentes, pois o curso não poderia funcionar com essa lacuna.

O segundo entrevistado[16] informa que, se na atualidade, mesmo com a expansão dos cursos superiores, as escolas encontram dificuldades em completar seus quadros docentes, no período estudado essa questão representava um problema muito maior para diretores e inspetores de ensino.

Como se verifica, havia escassez de professores com formação pedagógica para lecionar no curso de contabilidade. Contava-se com o conhecimento de cada um em sua área de atuação, mesmo que não houvesse formação didática que os capacitasse a entrar em sala de aula.

O Quadro 3 apresenta uma grade curricular em que predominam as disciplinas da formação específica em Contabilidade, ficando as da Base Nacional Comum bem reduzidas em termos de carga horária.

Quadro 3 – Matriz Curricular – 1963-1966

DISCIPLINAS	**1º. ANO Nº de aulas semanais**	**2º. ANO Nº de aulas semanais**	**3º. ANO Nº de aulas semanais**
Português	03	03	03
Inglês	02	02	
Matemática	03	03	
História	02		
Ciências Físicas e Biológicas	02		
Elementos de Economia	03		
Contabilidade Geral	05		
Contabilidade Comercial		03	
Contabilidade Bancária		03	
Direito Usual		03	
Organização e Técnicas		03	

[15] Fonte Oral 3. Questionário aplicado a Docente que atuou nos finais dos anos 60 e início dos 70, aplicado em 08 de dezembro de 2015.

[16] Fonte Oral 1 - Questionário aplicado a Documentador Escolar em atividade, aplicado em 09/12/2015.

Comerciais			
Legislação Aplicada			03
Geografia			02
Contabilidade Pública			03
Técnicas Mecanográficas			02
Contabilidade Industrial e Agrícola			04
Estatística			03

Fonte: Arquivo inativo – Setor de Documentação Escolar – Assaí – PR

Essa ênfase na formação técnica nos faz supor que a preparação para um curso superior fosse bem precária. Quem fazia um curso técnico tinha reduzidas suas possibilidades de fazer faculdade, em uma época em que a oferta de vagas neste nível de ensino era bem mais limitada e, por essa razão, os processos de seleção (exclusão) bem mais rigorosos. Em um curso técnico como esse, devido à limitação de tempo, a formação geral ficava bem aligeirada, se pensarmos que não era possível trabalhar bem todos os conteúdos que se cobravam em um exame vestibular.

Na matriz curricular apresentada no Quadro 4, notamos a presença da disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC). Os governos militares sempre mostraram grande empenho em promover o civismo entre os cidadãos.

Como assinala Filgueiras (2006), havia a concepção de que o cidadão integrava um organismo maior e tinha de ser convencido a fazer sua parte para que esse organismo funcionasse e crescesse. Para isso, era necessário um projeto de mobilização da nação em torno de ideais patrióticos para a construção de um Estado forte e isento de contradições. Esse papel de harmonizar a realidade social com o discurso que se fazia sobre ela era da educação escolar básica, conforme discute a autora.

Quadro 4 – Matriz Curricular – 1967-1970

DISCIPLINAS	**1º. ANO Nº de aulas semanais**	**2º. ANO Nº de aulas semanais**	**3º. ANO Nº de aulas semanais**
Português	03	03	03
Inglês	02	02	02
Matemática	03	03	
História	02		
Ciências Físicas e Biológicas	02		
Elementos de Economia	03		

Contabilidade Geral	05		
Contabilidade Comercial		03	
Contabilidade Bancária		03	
Direito Usual		03	
Organização e Técnicas Comerciais		03	
Legislação Aplicada			03
Geografia			02
Contabilidade Pública			03
Técnicas Mecanográficas			02
Contabilidade Industrial e Agrícola			04
Estatística			03
Educação Moral e Cívica	02	02	02

Fonte: Arquivo inativo – Setor de Documentação Escolar – Assaí – PR

Como retrata Martins (2003), a disciplina de Educação Moral e Cívica teve essa função de erigir um ideal de patriotismo, de nação forte, onde eram prezados os valores da família, da moral, da fé e da defesa da pátria, assim como a inculcação de valores anticomunistas nas crianças e jovens. Desse modo, o Estado visava a formar, por meio da escolarização, um cidadão amante de sua pátria e que, ao mesmo tempo, assumia elementos moralizadores. Com essa ideia de nação coletiva, esperava-se apagar as eventuais tensões e desigualdade, dado que o único lugar concebível era o de ser brasileiro enquanto indivíduo coletivo.

A palavra civismo remetia então a um padrão de conduta esperado de todos os integrantes da sociedade brasileira.

Como aponta Cerri (2003, p,112), esperava-se do indivíduo e do grupo “a passividade, a obediência, o cumprimento das próprias funções profissionais e sociais, a fé e a esperança de que os problemas sejam resolvidos por aqueles cuja função social é fazer a política”. Como os manuais e programas de Educação Moral e Cívica tinham de ser avalizados pelo Estado, eles deviam conter o conhecimento necessário para formar o cidadão nos moldes esperados pelo regime

Mesmo que se usasse material didático aprovado pelo Estado, sabe-se que o material didático não ministra aula por si só, sendo a aula um resultado da interação das concepções de cada professor individualmente, críticas ou não, com as concepções subjacentes ou explícitas ao livro didático adotado. Infelizmente, não se pôde recuperar o cotidiano escolar ao nível das aulas ministradas.

Na grade curricular do Quadro 5, nota-se a presença da disciplina de Organização Social e Política Brasileira (O.S.P.B).

Quadro 5 – Matriz Curricular – 1971-1978

DISCIPLINAS	**1º. ANO Nº de aulas semanais**	**2º. ANO Nº de aulas semanais**	**3º. ANO Nº de aulas Semanais**
Português	03	03	03
Inglês	02	02	02
Matemática	03	03	
História	02		
Ciências Físicas e Biológicas	02		
O. S. P. B.	02		
Economia e Política	03		
Contabilidade Geral	05		
Contabilidade Comercial		03	
Contabilidade Bancária		03	
Direito Usual		03	
Organização e Técnicas Comerciais		03	
Legislação Aplicada			03
Contabilidade Pública			03
Estrutura e Análise de Balanço			02
Contabilidade Industrial e Agrícola			04
Estatística			03
Educação Moral e Cívica	01	02	01

Fonte: Arquivo inativo – Setor de Documentação Escolar – Assaí – PR

Como reportam Melo e Toledo (2005), na sequência do golpe de 1964, os governos militares emitiram documentos legais que visavam reestruturar a educação para conformá-la à nova realidade do país. Nota-se que foram alvos de atenção maior a disciplina de História e afins, ou seja, aquelas que de alguma forma mexem com a consciência dos indivíduos.

No 1º Grau, no lugar de História e Geografia criou-se o ensino de Estudos Sociais. No 2º Grau foi instituída a disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB), tanto no científico como no profissionalizante. Ressalte-se que, a partir da Lei 5692/71, o denominado científico foi substituído pelo colegial. Por seu turno, Educação Moral e Cívica era obrigatória nos dois níveis de ensino.

Na concepção dos autores, estava evidente o intuito de disciplinarização da força de trabalho em direção a um projeto desenvolvimentista, pelo que constantemente se recorria ao artigo 1º da Lei 5692/71 que colocava como objetivo dos ensinos de 1º e 2º Graus a preparação para o trabalho. Dessa maneira, “a

escola deveria se enquadrar no projeto do Estado Militar de sociedade fundamentado na ideologia do binômio Segurança e Desenvolvimento" (Melo & Toledo, 2005, p.2).

Melo e Toledo (2005) discute-se ainda que a legislação educacional que as leis educacionais se direcionavam a fazer com que as escolas e sua estrutura curricular funcionassem como instrumentos de propaganda de um ideal nacionalista e do ideário desenvolvimentista, de sustentação do Regime Militar.

Exemplo de lei com essa diretriz é o Decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969, assinado por ministros militares, em que se institui em caráter obrigatório a Educação Moral e Cívica, seja como disciplina e prática educativa, em todos os níveis de ensino.

Conforme Saconi (2014), o decreto-lei criou também a Comissão de Moral e Civismo, cuja diretriz era "estimular uma atitude e consciência cívica" (p.1) na juventude. Uma ata da década de setenta, componente dos arquivos examinados para este trabalho, relata uma reunião em que se reafirmava o compromisso dos gestores escolares de hastear a bandeira do Brasil ao som do Hino Nacional pelo menos uma vez por semana, conforme determinado pelo decreto-lei. Em sala de aula deveria se ensinar a letra do Hino, que tinha de estar na ponta da língua, cobrando-se os mínimos detalhes de correção das palavras.

O retrospecto de Saconi (2014) alude ainda que, dois anos depois da aprovação do decreto-lei, em 1971, passou a vigorar a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Por meio dela, o general Emílio Médici fez com que a Comissão de Moral e Civismo virasse um órgão de doutrinação, com controle total sobre o ensino, indicando professores e fixando programas. A autora cita reportagem da época, a qual menciona que os centros cívicos deviam elaborar um 'código de honra do aluno' e considerar o civismo em três aspectos fundamentais, nomeadamente: caráter, baseado na moral e em Deus; amor à pátria, devendo ser o indivíduo capaz de renúncia e uma ação permanente em benefício da nação.

Porém, no decorrer dos anos, o ensino da disciplina sofreu uma flexibilização, tanto que em 1992 tornou-se opcional, sendo extinto em 1993 (SACONI, 2014).

Por fim, cabe uma referência à organização disciplinar estabelecida no Colégio, no que diz respeito à conduta dos alunos. Não se encontrou Regimento Interno do período. Porém, em um livro ata intitulado *Registro de Penas Impostas ao corpo discente do Colégio Comercial Estadual de Assaí,* com data inicial de 03 de

março de 1964, encontram-se relatos de suspensão das aulas, aplicadas aos alunos. A julgar pelo que se encontra registrado no período 1964-1977, esse tipo de penalidade era de aplicação rara, pois constam apenas 12 suspensões, das quais 4 foram coletivas.

Os motivos expressos eram ocorrências como sair da sala de aula sem autorização do diretor ou não cumprir obrigações sem nenhuma justificativa. Uma das suspensões coletivas foi aplicada a um grupo de alunas que não compareceu no dia 07 de setembro de 1974 para a cerimônia de arriamento da bandeira nacional, marcada para as 18:00 horas. Por causa disso, ficaram suspensas por três dias de aula. Depreende-se dos fatos que a disciplina era imposta aos discentes, longe de ser fruto de negociação democrática para uma construção coletiva de um código de conduta, como hoje se defende.

8 Considerações Finais

A caminhada de pesquisa ora empreendida leva à reflexão especialmente sobre a importância do arquivo escolar na reconstrução da História da Educação. O trabalho realizado evidenciou a necessidade de seleção e organização das fontes históricas educacionais para a pesquisa e propôs a reflexão sobre a necessidade de sua preservação. É preciso lutar pela preservação e organização da memória da escola contida em seus arquivos, considerando a sua função social e científica e também seu papel no repensar sobre os caminhos percorridos pela educação no decorrer do tempo.

Contudo, mesmo com essa facilidade de acesso, percebeu-se que nem tudo foi guardado, também porque há regulamentação quanto ao tempo de preservação de cada tipo de documento. Em relação aos arquivos remanescentes no setor de documentação escolar que funciona no Colégio Estadual Conselheiro Carrão, não se teve dificuldade de acesso ao pouco material preservado da época.

A própria direção do estabelecimento que tem a guarda dos documentos do colégio e curso extintos conduziu esta pesquisadora ao local onde estão os arquivos restantes e colocou todo o material à disposição, dizendo que se poderia manuseá-lo conforme a disponibilidade de horário e tempo da pesquisadora.

Como informou a atual documentadora escolar, o espaço físico para armazenamento sempre foi um problema. Esse fato fez com que fosse incinerada

grande parte dos papéis, os quais poderiam ter suprido muitas lacunas desta pesquisa.

A esse respeito, a partir da entrevista com a fonte oral 2, constatou-se que quando era muito grande o volume de papéis e pouco o espaço para guardá-los, costumava-se lançar os nomes dos documentos em um "livro tombo" e depois incinerar os papéis, razão por que muita coisa se perdeu. Com isso, também muito deixa a desejar o conhecimento sobre o cotidiano da instituição estudada, no que diz respeito à existência do Curso de Contabilidade.

Se na pesquisa sobre a história das Instituições Escolares há queixas com relação à disponibilização de fontes do acervo da documentação escolar, não foi o caso deste trabalho, mas sim que não diferindo da materialidade de outras instituições escolares, inexiste um arquivo escolar, com documentos que constituam fontes históricas, organizado.

Dentre vários fatores, humanos, políticos e de economia voltada a educação, pode-se citar por exemplo o relato de fonte oral de que[17], *"em 1964, foi feito o termo de abertura de um livro chamado Registro de Material Recebido pelo Colégio Comercial Estadual de Assaí. Como verificado, esse livro só foi usado uma vez, aos 07 de março de 1977, quando se registra a incineração de vários documentos dos anos de 1963 a 1973, entre os quais se incluem diários de classe, exames finais e requerimentos de matrícula. "*

De acordo com a mesma fonte, contemporaneamente, o tempo de arquivamento de documentos é definido em instruções específicas do setor de documentação escolar da Secretaria de Estado de Educação, constando que o livro de registro de classe deve ser preservado por pelo menos 5 (cinco) anos. É evidente que a incineração do livro Registro de Classe, por exemplo, representa prejuízo para a pesquisa, quanto a conteúdos trabalhados, aproveitamento e frequência dos alunos. No entanto, a Secretaria da Instituição costuma ter arquivado, em caráter permanente, o Relatório Final, em que constam a frequência e os resultados de avaliação dos alunos.

Considere-se, em acréscimo, a ausência de programas, de pessoal e de equipamentos para um trabalho específico com a finalidade de preservar a memória da escola, como o de microfilmagem, por exemplo. Em suma, não existem

[17] Fonte Oral 1 – Questionário Aplicado em 09/12/15 – Documentadora Escolar em atividade.

programas nem ações deliberadas de manutenção dos arquivos escolares para fins de preservação da memória das instituições escolares.

Na gestão escolar, é atribuição da Equipe Técnico-Pedagógica, dentre as tantas funções que lhe competem, também a de preservar memória pedagógica, mantendo atualizada a História da Instituição Escolar no Projeto Político Pedagógico.

Nesse sentido, notadamente, há a necessidade de formação continuada dos pedagogos, como historiadores não profissionais da educação, na visão de Saviani (1998) com relação às noções arquivísticas. Ou seja, registros do testemunho de fatos ocorridos na história passada que se constituem fontes históricas, tudo o que se produziu na história institucional, social e educacional de uma referida unidade escolar e que se constituem-se documentos históricos que devem ser selecionados e organizados.

Como meio de preservação pode-se criar a memória pedagógica, arquivando-se fontes escritas, iconográficas, artigos de jornais, livros didáticos, projetos relevantes de professores, enfim, aquilo que se considerar importante relato, ou como afirma Saviani (2006):

> As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história. (SAVIANI, 2006, 20-30)

As fontes são produções humanas inesgotáveis, mas de modo geral, em termos de Brasil, não havia até a história recente a cultura de preservação de fontes históricas referenciais na pesquisa educacional.

De acordo ainda com o mesmo autor, dada a complexidade da instituição escolar, a seleção dessas fontes dependerá em síntese, do objeto, dos objetivos e do recorte da pesquisa (SAVIANI, 2006).

Dessa maneira, entende-se como relevante também que a gestão escolar por meio de sua Equipe administrativa crie um programa permanente de preservação do arquivo escolar, e para tanto, reivindique que se instituam meios físicos e técnicos

que resolvam a questão do espaço físico para a guarda do arquivo escolar e do seu acervo histórico documental

O que não se pode é eximir-se da conservação da documentação da unidade escolar, ou seja, da organização do arquivo escolar por ano, preservando a história institucional de seus professores, estudantes e funcionários,

Nesse quesito, nos reportamos a Saviani (2006):

> Considerando-se que as fontes são o ponto de origem, a base e o ponto de apoio para a produção historiográfica que nos permite atingir o conhecimento da história da educação brasileira, releva de importância o desenvolvimento de uma preocupação intencional e coletiva com a geração, manutenção, organização, disponibilização e preservação das múltiplas formas de fontes da história da educação brasileira (SAVIANI, 2006, p. 33).

Considera-se, finalmente, que se o processo de arquivamento não é mote de políticas e investimentos específicos e governos, ele não ocorre nas unidades escolares, como deveria por meios mais atualizados e eficazes no que tange a tecnologia, espaço e organização.

Então, em consequência disso, não há uma cultura de preservação na rotina escolar; assim, iniciativas como do Ephispr[18] da Uenp[19], Campus de Cornélio Procópio, ganham importância.

É uma linha de pesquisa que tem investido em materializar a história das instituições escolares da região, por meio de pesquisas como esta, filiada ao PDE[20], que possibilitam a preservação da história das instituições escolares da região e a formação de Pesquisadores. Estabelece ainda, gradativamente, a disseminação de uma cultura de preservação do arquivo escolar como fonte de pesquisa.

Evidentemente, apesar do mérito, é insuficiente, porque de um lado, conta apenas com a obsequiosidade e disposição dos profissionais da instituição, e de outro os resultados são prejudicados em razão de uma infraestrutura insatisfatória que não asseguram acesso às fontes.

Insiste-se que isso envolve engajamento político, investimento em recursos humanos e materiais, o que também pode estar em nossa agenda de lutas para a melhoria das condições gerais e da qualidade que queremos para a educação,

---

[18] Estudos e Pesquisas em História e Filosofia da Educação e das Instituições Escolares do Norte Pioneiro do Paraná – Uenp

[19] UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná

[20] PDE –Programa de Desenvolvimento Educacional da Secretaria Estadual da Educação do Paraná

superando assim os entraves para a pesquisa e a preservação da História da Educação e das Instituições.

Referências

ALEGRE, M.; MORO, D.A. A mobilidade da população das antigas áreas cafeeiras do Norte do Paraná. **Boletim de Geografia**, n.3. a.4. Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá.

CERRI, Luis Fernando (org.). 2003. **Ensino de História e a Ditadura Militar.** Curitiba: Editora Aos Quatro Ventos.

FILGUEIRAS, Juliana Filgueiras. **O livro didático de educação moral e cívica na ditadura de 1964:** a construção de uma disciplina. Disponível em: www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/.../302JulianaMirandaFilgueiras.pdf Acesso em: 27 out. 2015.

FRANCO, Hilário. **A evolução dos princípios Contábeis no Brasil**, São Paulo: Atlas, 1988.

GATTI JUNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. IN: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Org). **Novos temas em história da educação brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados. Uberlândia MG: EDUFU, 2002. p. 3-24.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LOMBARDI, José Claudinei. “História e historiografia da educação: atentando para as fontes”. In: LOMBARDI, J. C. e NASCIMENTO, M. I. M. (Org). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 141-176.

MARROU, H.I. **Do conhecimento histórico.** 2. Ed. Tradução de Ruy Belo. Lisboa: Áster, 1996.

MARTINS, Maria do Carmo. As humanidades em debate: A reformulação curricular e a criação de novas disciplinas escolares. In: OLIVEIRA, Marcus A. Taborda de, RANZI, Maria Fischer (Org). **História das disciplinas escolares no Brasil**: contribuições para o debate. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

MELO, Egberto de; TOLEDO, Edilene Terezinha de. **O ensino de Estudos Sociais, EMC e OSPB e ressignificação da cultura cívica nacional nas práticas escolares em escolas de fortaleza durante o regime militar.** In: ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível em: http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0393.pdf Acesso em: 29 out. 2015.

MINAYO, M.C. S. Organizador, **Pesquisa Social: Teoria, Método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994, p.23.

NOGUEIRA, A. C. da S. **Marcos Possíveis Para Reconstituir a História da Instituição Escolar Julia de Souza Wanderley**: a primeira escola de formação de professores de Cornélio Procópio-PR (1953-1967). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina, 2012.

NOSELA, P., BUFFA, E. **As pesquisas sobre Instituições Escolares**: o método dialético marxista de investigação. ECCOS. São Paulo, v.7 n.2, julho de 2005. P.351-368.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Projeto político-pedagógico do Colégio Estadual Barão do Rio Branco**. Assaí-PR, 2013. Disponível em: http://www.assriobranco.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/8/190/28/arquivos/File/PPPCEBarao2013.pdf. Acesso em: 29 set. 2015.

PARANÁ, Governo do Estado do Paraná. Decreto nº 11.067/63 que cria as Escolas Técnicas de Comércio. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 13 mar. 1963.

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? In: **Educar em Revista**, n. 18/2001. Curitiba: Editora UFPR, p. 13-28.

SACONI, Rose. **Acervo Estadão:** Disciplina 'Educação Moral e Cívica' foi imposta pela ditadura. Disponível em: http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,acervo-estadao-disciplina-educacao-moral-e-civica-foi-imposta-pela-ditadura,1162608.
Acesso em: 27 out. 2015.

SANTOS, Rulian Rocha dos. **Breve histórico do Ensino Médio no Brasil**. In: SEMINÁRIO CULTURA E POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA, 2010, Ilhéus. **Anais...**Ilhéus: UESC, 2010. Disponível em: a. Acesso em: 04 out. 2015.

SAVIANI, D. **História e história da educação, o debate teórico-metodológico atual.** Campinas-SP: Autores Associados, 1998. Acesso em: 13 dez. 2015

SAVIANI, D. **Breves Considerações Sobre Fontes Para a História da Educação.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584. Acesso em: 16 dez. 2015

SAVIANI, D. **Instituições Escolares: Conceito, História, Historiografia e Práticas.**
Cadernos de História da Educação [em linha].2005.
Disponível em: www.seer.ufu.br. Acesso em: 14 out. 2014.

SCHMIDT, B. V. A Educação Superior e a Globalização. In: SCHMIDT B.V, OLIVEIRA R., ARAGÓN V. A. (Org.) **Entre Escombros e Alternativas:** Ensino Superior na América Latina. Editora da Universidade de Brasilia: Brasilia, 2000.

SOUZA, M.I.S. **Os Empresários e a Educação***:* o IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis: Vozes, 1981.